



Peça descartável

PODER A cassação de Temer é apoiada por 78% dos brasileiros, revela pesquisa. E 90% desejam substituí-lo em eleições diretas

POR RENAN TRUFFI E RODRIGO MARTINS*

Cassetetes, capacetes balísticos, escudos de acrílico, sprays de pimenta e bombas de efeito moral. Nem assim os agentes da Polícia Legislativa conseguiram conter o avanço da enfurecida turba em frente à chapelaria da Câmara dos Deputados. Insatisfeitos com

as mudanças nas regras das aposentadorias, os manifestantes, alguns deles com armas de fogo na cintura, arrebentaram vidraças e chegaram a furar o bloqueio na entrada social do Congresso, na tentativa de alcançar o plenário da Comissão Especial da Reforma da Previdência, que acabou por suspender suas atividades na

tarde da terça-feira 18. “Ocupa! Ocupa!”, berravam os mais exaltados, antes de partir para o confronto físico.

Recebidos com uma sufocante nuvem de gás lacrimogêneo, os revoltosos viram-se forçados a recuar para o gramado do Parlamento, refúgio também procurado por fotógrafos e jornalistas



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO

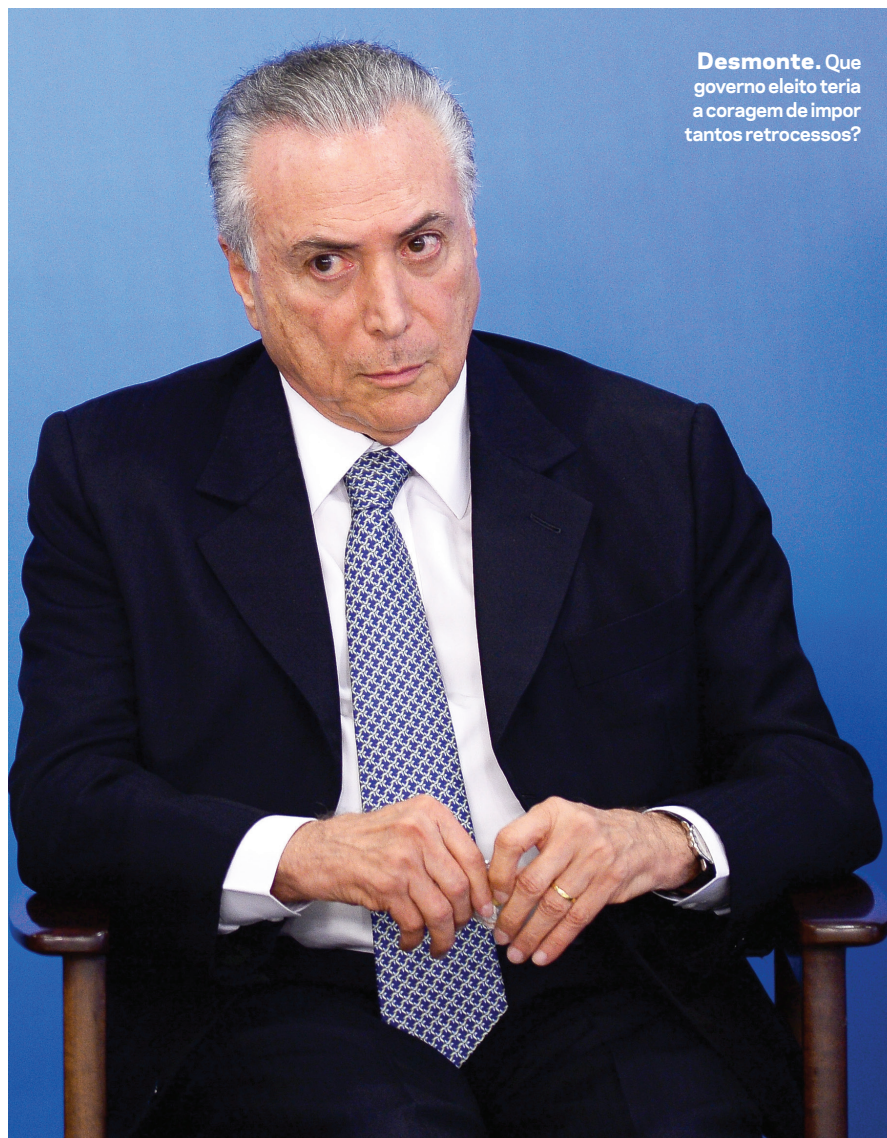


pág. 30

Entrevista. Walfrido Warde Jr. defende a regulação das frentes parlamentares



Revolta.
A categoria armada
dobrou o relator da
reforma da Previdência



Desmonte. Que governo eleito teria a coragem de impor tantos retrocessos?

FABIO POZZEBOM/AFIP E ANDRESSA ANHOLETE/AFIP

atordoados pelas substâncias irritantes. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, do PMDB, queixou-se da falta de apoio do governador do Distrito Federal, que tardou a enviar tropas para reforçar a segurança no local. O gesto de Rodrigo Rollemberg parece calculado. Se enviasse um destacamento para reprimir a manifestação, poderia colocar policiais militares e civis em trincheiras opostas, pois o protesto era organizado por sindicatos e associações policiais. Embora boa parte dos manifestantes vestisse o uniforme de suas

corporações, a mídia preferiu chamá-los genericamente de “sindicalistas”.

A pressão da categoria armada surtiu efeito. No dia seguinte à confusão, o deputado Arthur Oliveira Maia, do PPS baiano, confirmou o recuo na idade mínima para a

Sem as reformas prometidas ao mercado, o governo perde o chão

aposentadoria de policiais da esfera federal. Em vez de 60 anos, como previsto inicialmente, agora a proposta é de 55 anos. Na terça-feira 18, durante um café da manhã com parlamentares da base governista no Palácio da Alvorada, Michel Temer havia anunciado outras medidas para flexibilizar a draconiana reforma proposta por sua equipe econômica. Para o Regime Geral da Previdência Social, o tempo de contribuição para ter direito à aposentadoria integral passou de 49 anos para 40.

O peemedebista desistiu ainda de bancar a proposta de idades mínimas iguais



para homens e mulheres. Agora, elas poderão ter acesso aos benefícios a partir dos 62 anos. Para minar as crescentes resistências no Congresso, o governo assegurou a manutenção das atuais regras de aposentadoria para os parlamentares no exercício do mandato. As mudanças no regime de Previdência de deputados e senadores só serão aplicadas para ingressantes a partir da próxima Legislatura.

Fora do Parlamento, a rejeição à reforma previdenciária é quase unânime, atinge 93% da população, segundo uma pesquisa do instituto Vox Populi, encomendada pela Central Única dos Trabalhadores e divulgada em primeira mão por *CartaCapital* na semana passada. Nesta edição, a revista apresenta com exclusividade outra dimensão da sondagem: para 78% dos entrevistados, o Tribunal Superior Eleitoral deveria cassar o mandato de Temer pelas supostas irregularidades cometidas pela chapa Dilma-Temer em 2014. Não é tudo: nove em cada dez brasileiros desejam que o novo presidente seja escolhido por eleições diretas, e não pelo Parlamento (*gráfico ao lado*). Os pesquisadores consultaram 2 mil eleitores com mais de 16 anos, residentes em 118 municípios, de todos os estados e do Distrito Federal, entre 6 e 10 de abril.

Motivos para apoiar a destituição de Temer não faltam. Além do desmonte dos resquícios do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, com o congelamento dos gastos públicos por duas décadas e a dilapidação dos direitos dos trabalhadores, um projeto que jamais passaria pelo crivo do voto popular, o peemedebista figura como anfitrião, em seu escritório político em São Paulo e no Palácio do Jaburu, de negociações que somam mais de 80 milhões de reais, segundo as delações de executivos da Odebrecht. Blindado pelo cargo, que o protege de responder por atos cometidos antes de sua posse, possui nada menos que oito ministros

investigados pela Operação Lava Jato.

O desejo de antecipar as eleições presidenciais esbarra, porém, na má vontade do Legislativo e do Judiciário para entregar ao povo o seu destino. Boa parte dos parlamentares, na verdade, parece mais preocupada em salvar a própria pele, e não se descarta a possibilidade de uma autoanistia para crimes eleitorais, como a prática da caixa 2. Apenas a nova lista de inquéritos autorizados pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, atinge 24 senadores e 39 deputados federais. Animador do *impeachment* de Dilma Rousseff, o senador Aécio Neves, presidente nacional do PSDB, é recordista de investigações abertas, ao lado de Romero Jucá, do PMDB, cada um deles



"FORA TEMER"

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está decidindo se cassa ou não o mandato do presidente Michel Temer, por irregularidades cometidas na campanha presidencial dele e de Dilma em 2014. Temer deveria ou não ser cassado por esse motivo? (%)



ELEIÇÕES DIRETAS

Caso o mandato de Temer seja cassado, como deveria ser escolhido o novo presidente: por uma eleição direta ou uma eleição indireta? (%)



Coleta: 6 a 10 de Abril de 2017 **Método:** Survey face a face **Público-alvo:** População brasileira com mais de 16 anos, residente em áreas urbanas e

rurais, de todos os estados e do Distrito Federal, em capitais, regiões metropolitanas e no interior **Amostra:** Nacional com 2 mil entrevistas, aplicadas em

118 municípios. Estratificação por cotas de sexo, idade, escolaridade e renda. A margem de erro é de 2,2%, estimada em um intervalo de confiança de 95%

Fonte: Pesquisa CUT/Vox Populi 6 a 10 de abril



alvo de cinco apurações. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e do Senado, Eunício Oliveira, também figuram nas planilhas de repasses ilegais da Odebrecht, com os apelidos de “Botafogo” e “Índio”, respectivamente.

“A crise política só começará a ser delada com novas eleições, e somente uma intensa mobilização popular, com os movimentos sociais e a população nas ruas, será capaz de antecipá-las”, afirma Vagner Freitas, presidente da CUT, para quem não adianta esperar do Legislativo qualquer solução. “Boa parte dos deputados e senadores que estão aí sabe que não será capaz de se reeleger em 2018, até pelos impactos da Lava Jato. Parecem negociar o fim de suas carreiras políticas.”

As centrais sindicais planejam, para o próximo dia 28, uma greve geral contra as reformas trabalhista e previdenciária. Desde o início do ano, o movimento sindical tem enfrentado dificuldade para garantir a adesão de trabalhadores de setores estratégicos da economia em um cenário de elevado desemprego. Agora Freitas se mostra confiante

em uma megamobilização, impulsionada pelo próprio governo.

“Cada vez que Temer se manifesta pelas reformas que retiram direitos dos trabalhadores, ele aumenta as nossas chances de sucesso. A sociedade civil é absolutamente contrária a essas propostas”, observa o presidente da CUT, lembrando as contundentes manifestações de oposição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Ordem dos Advogados do Brasil. Essa última, por sinal, parece viver uma crise de consciência, após ter apoiado a destituição de Dilma. “Se insistir nessa agenda, Temer só aumentará a sua impopularidade. Os parlamentares que quiserem morrer abraçados com ele votarão com o governo.”

Em sintonia com a CNBB, o papa Francisco recusou, em carta enviada a

O governo começa a experimentar traições da base no Congresso

Luta. “Do Legislativo, não dá para esperar nada”, diz o presidente da CUT, a organizar a greve geral de 28 de abril

Temer, o convite para visitar o Brasil em outubro. “Não posso deixar de pensar em tantas pessoas, sobretudo os mais pobres, que muitas vezes se veem completamente abandonados e costumam ser aqueles que pagam o preço mais amargo e dilacerante de algumas soluções fáceis e superficiais para crises que vão muito além da esfera meramente financeira”, escreveu o pontífice. Francisco citou ainda uma exortação apostólica, intitulada “A Alegria do Evangelho”, na qual alerta não ser possível “confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado” para um crescimento equitativo.

Embora não abracem a bandeira pelas “Diretas Já”, encampada pelos movimentos sociais e sindicais que integram as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, a Força Sindical e a UGT, cujas lideranças chegaram a apoiar a “solução Temer”, decidiram participar da greve geral de 28 de abril. Agora o governo demonstra perder o controle sobre a própria base no Parlamento. Além dos recuos na reforma da Previdência, o Planalto amargou uma dura derrota no plenário da Câmara na terça-feira 18, quando não conseguiu aprovar o regime de urgência para a tramitação da reforma trabalhista.

A iniciativa havia sido combinada com líderes partidários logo após a divulgação da Lista de Fachin, e era vista como estratégica para não passar a imagem de um governo paralisado diante das delações da Odebrecht. Faltaram, porém, 27 votos para aprovar o requerimento. Imediatamente, os líderes da base culpavam o presidente da Casa, Rodrigo Maia, por ter encerrado a votação antes do necessário, com quórum de 395 parlamentares. Ele assumiu o erro e, inspirado no antecessor Eduardo

Cunha, colocou a matéria em votação novamente no dia seguinte. Desta vez, garantiu o número de votos necessário.

Mais do que um simples erro no encerramento da votação na terça 18, identificou-se uma série de traições. O PSB registrou mais sufrágios contrários do que a favor. Nove deputados do PR rejeitaram a proposta. Até o mesmo o PMDB de Temer registrou oito votos contra o regime de urgência. Neste caso, pesou a insatisfação da bancada mineira do partido, que se sente alijada na divisão de cargos e recursos disponíveis para emendas. Paralelamente, surgem boatos de um movimento de desfiliação de parlamentares peemedebistas incomodados com a agenda impopular do Planalto, a ameaçar as suas chances de reeleição.

Estadista.
O pontífice recusou o convite para visitar o reino da desigualdade



O cenário é especialmente delicado porque não dá mais para empurrar a fatura para os bodes de sempre. “As delações da Odebrecht demonstram que a corrupção no Brasil é sistêmica e capitalizada, e não um produto ou privilégio de um único partido ou governo, como alguns tentavam desenhar até poucos meses atrás”, observa o cientista político Claudio Couto, professor da Fundação Getúlio Vargas. Ex-presidente do braço de infraestrutura da empreiteira, Benedicto Júnior, o “BJ”, entregou à força-tarefa da Lava Jato uma planilha com os nomes de 182 políticos que teriam recebido doações ilegais de campanha, via caixa 2, entre 2008 e 2014, em troca de contrapartidas esperadas pela construtora. A lista atinge praticamente todos os partidos, nas três esferas de poder: União, estados e municípios.

Por essa razão, Couto não estranha o desejo popular de antecipar as eleições, embora considere o prazo exíguo demais

para levar o projeto a cabo. “O problema é que as eleições de 2018 não estão muito distantes. A pré-campanha deve começar daqui a um ano. Não temos um sistema parlamentarista, habituado a dissolver o Congresso e organizar novas eleições, como propôs Theresa May no Reino Unido”, observa o professor. “Até pelo grau de desorganização que um escândalo dessa magnitude provoca, talvez seja até melhor dar um tempo para a classe política se reposicionar nesse cenário.”

Os movimentos sociais relutam, porém, em aceitar passivamente a manutenção de um governo que consideram

“Não dá para confiar na mão invisível do mercado”, alerta o papa Francisco

ilegítimo. “Ninguém sabe como será esse processo eleitoral de 2018, se ele de fato existirá e sob quais circunstâncias. Além disso, em menos de um ano, essa turma conseguiu promover um gigantesco retrocesso do ponto de vista dos direitos sociais. Se tiver mais um ano e meio pela frente, é capaz de Temer conseguir revogar a Lei Áurea”, desabafa Guilherme Boulos, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). “Na verdade, muito além de antecipar eleições, inclusive para renovar o Parlamento, precisamos colocar em pauta uma mudança profunda do sistema político, radicalizar a democracia. É preciso garantir o financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais para acabar com essa captura do Estado pelo interesse privado, ampliar os mecanismos de parti-

cipação popular, fortalecer os plebiscitos, trazer o povo para decidir sobre as questões fundamentais do País diretamente.”

Ainda que os movimentos sociais consigam mobilizar parcela significativa da sociedade por novas eleições, não há garantia de sucesso para o movimento das Diretas Já, observa o cientista político Marcos Coimbra, diretor do Vox Populi. “Em um cenário realista, não vejo essa vontade da opinião pública ser traduzida pelo sistema político. A sociedade brasileira deseja a saída de Temer, mas a elite ainda acredita que ele será capaz de tocar essa agenda impopular que atende tão bem aos seus interesses”, diz Coimbra. “O que mais o ameaça neste momento são as dificuldades enfrentadas no Parlamento. A única condição que o mantém no poder é aprovar as reformas prometidas ao mercado. Sem isso, Temer é descartável.” •

**Colaborou Miguel Martins.*

TIZIANA FABI/AFP